



**Poder Judiciário**  
**Justiça Comum**  
**Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**

# **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**PROCESSO nº 2024068999 (PA-TJ)**

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa, requisitando pagamento de honorários em favor de Alisson Barreto Fernandes para realização de perícia na ação nº 0800591-49.2024.8.15.0371, movida por MARIA DE FATIMA RAMOS ALVES, em face de JOCYCLÉIA SAMARA ALVES DA COSTA

Data da Autuação: 10/06/2024

Parte: Alisson Barreto Fernandes e outros(1)



Número: 0800591-49.2024.8.15.0371

Classe: **INTERDIÇÃO**  
Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**  
Última distribuição : **24/01/2024**  
Valor da causa: **R\$ 1.412,00**  
Assuntos: **Curatela**  
Segredo de justiça? **NÃO**  
Justiça gratuita? **SIM**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA DE FATIMA RAMOS ALVES (REQUERENTE)				
JOCYCLÉIA SAMARA ALVES DA COSTA (REQUERIDO)			MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Documento		Tipo
84666685	24/01/2024 15:46	<a href="#">Decisão</a>		Decisão
89681853	30/04/2024 11:05	<a href="#">Termo de Audiência</a>		Termo de Audiência
91654774	06/06/2024 09:25	<a href="#">Ofício (Outros)</a>		Ofício (Outros)



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**3ª Vara Mista de Sousa**

INTERDIÇÃO (58) 0800591-49.2024.8.15.0371

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça.

Registra-se na petição inicial pedido de curatela provisória.

Consoante o art. 87 da Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) a concessão de curatela provisória exige prévia manifestação do *Parquet*.

Destarte, vista ao Ministério Público.

Sousa-PB, datação e assinatura eletrônica.

Juiz de Direito em Substituição Legal



**Poder Judiciário da Paraíba**



Assinado eletronicamente por: BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA - 30/04/2024 11:05:18  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24043011051823800000084281699>  
Número do documento: 24043011051823800000084281699

Num. 89681853 - P 1

Documento 1 página 3 assinado, do processo nº 2024068999, nos termos da Lei 11.419. ADME.25252.08171.13943.61372-0  
José Riido de Figueiredo [568.440.934-20] em 10/06/2024 12:55

**3ª Vara Mista de Sousa**  
**Rua Francisco Vieira da Costa, S/N, Raquel Gadelha, SOUSA - PB - CEP: 58804-725**  
**SOUSA**  
**( )**

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

Ao(s) trinta dia(s) do mês de abril do ano dois mil e vinte e quatro (30/04/2024), às 10h20min, teve lugar a audiência de entrevista, realizada nas dependências do Fórum José Mariz, onde presente se encontrava o Exmº. Dr. **BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA**, Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de Sousa, comigo, Analista/Técnico(a) Judiciário(a)/Assessor(a) de Gabinete de seu cargo, nos autos da Ação de Interdição, Proc. Nº 0800591-49.2024.8.15.0371, ajuizada por **MARIA DE FÁTIMA RAMOS ALVES** em face de **JOCYCLÉIA SAMARA ALVES DA COSTA**. Aos pregões de estilo, **compareceu(ram) e/ou estava(m) conectado(a)s** o(a) Dr(a). **GLÁUCIA DA SILVA CAMPOS PORPINO**, Promotor(a) de Justiça, o(a) interditante, acompanhado(a) pelo(a) advogado(a) Rosa Maria Elias Silva, Defensora Pública, OAB/PB 1.836, e o(a)s interditando(a)s). **Ausente(s)/desconectado(a)s** membro(s) da equipe interprofissional. **Aberta a audiência, pelo MM Juiz foi dito:** A equipe interprofissional em exercício nesta unidade judiciária se encontra(m) no exercício de outras atribuições institucionais, o que impede as suas participações neste ato. Todavia, não se faz necessário o reagendamento da audiência de entrevista, pois que a presença da equipe interprofissional não é indispensável a sua realização. Vejamos esta referência jurisprudencial: “O interrogatório da pessoa interditada é ato pessoal do juiz, que não admite a intervenção de patronos e fiscais, daí que não há nulidade pela ausência do Ministério Público na audiência de impressão pessoal” (RT 760/377). **Ato contínuo, o MM Juiz de Direito passou a proceder à entrevista do(a) interditando(a)**, pelo método audiovisual (cf. mídia anexa). **Prosseguindo, pelo MM Juiz de Direito foi dito:** A título de registro, para colaborar com o julgamento da causa, consigna-se que o(a) interditando(a) não interagiu com o magistrado, apresentando certa inquietação durante o ato, havendo, aos olhos de um leigo, falta/redução de discernimento (cf. mídia audiovisual anexa). **Permaneçam** os autos em cartório pelo prazo de 15 (quinze) dias, aguardando apresentação de eventual impugnação (art. 752, caput, do CPC). **Decorrido o prazo sem impugnação**, fica de logo designada a Dra. Maria Aldevan Abrantes Fortunato, Assistente Jurídica da Defensoria Pública, para atuar na condição de curador(a) especial (art. 752, §2º, do CPC), a quem deve ser dada vista dos autos para oferecimento de impugnação no prazo legal. **Superada esta fase**, com base na Resolução TJPB nº 09/2017, nomeio Dr. Alisson Barreto Fernandes para realização da perícia nestes autos. Arbitro os honorários periciais em R\$ 370,00, conforme Ato da Presidência nº 43/2022. **Requisite-se** a reserva orçamentária ao TJPB. Com a reserva orçamentária, agende-se a perícia com o referido profissional, intimando-se o(a) interditante para comparecimento com o(a) interditando(a). Disponibilizado o laudo pelo perito, **requisite-se** ao TJPB o pagamento dos honorários periciais. Por fim, promova-se a necessária averbação da curatela provisória conforme determinado no ID 84918918 – Págs. 1/4.



Ciente o(s) presente(s)/conectado(a)(s) em/na audiência virtual. E, **nada mais havendo a tratar, mandou o MM Juiz de Direito encerrar este termo que, lido e achado conforme, e dada a impossibilidade de assinatura pelo(a)(s) outro(a)(s) participante(s) em razão da realização do ato por videoconferência, vai devidamente assinado eletronicamente pelo(a) magistrado(a). Eu, Marcus Vinícius Batista Cordeiro, Analista/Técnico(a) Judiciário(a)/Assessor de Gabinete, o digitei.**





ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

### 1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,

Considerando que o(a) Senhor(a) Dr. **ALISSON BARRETO FERNANDES**, aceitou o encargo de Tradutor, Interprete ou **perito**, sendo nomeado conforme despacho/decisão ID , venho requerer que seja realizada a **Reserva Orçamentária** para suportar o encargo relativo a despesa decorrente dos serviços prestados no processo adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte REQUERENTE: MARIA DE FATIMA RAMOS ALVES é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme despacho Id

#### 1. 1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº. **0800591-49.2024.8.15.0371**

1.1.2 Natureza da ação: **INTERDIÇÃO (58)**

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: **JUÍZO DA 3A VARA MISTA DE SOUSA - PB**



1.1.4 Autor (es): **REQUERENTE: MARIA DE FATIMA RAMOS ALVES, CPF/CNPJ: MARIA DE FATIMA RAMOS ALVES(727.386.184-72);**

1.1.5 Réu (s): **REQUERIDO: JOCYCLÉIA SAMARA ALVES DA COSTA, CPF/CNPJ: xxx.xxx.xxx-xx**

1.1.6 Natureza do serviço: ( ) Tradução ( ) Interpretação ( **x** ) Perícia

1.1.7 Natureza dos honorários: ( ) Adiantamento ( **X** ) Finais

1.1.8 Valor arbitrado **R\$ 370,00(TREZENTOS E SETENTA REAIS)**

## **1.2 DOS DADOS DO PERITO**

1.2.1 Nome: **ALISSON BARRETO FERNANDES**

1.2.2 Endereço: **RUA CEL JOSÉ AVELINO QUEIROGA, Nº 517, CENTRO, POMBAL/PB, CEP 58840-000**

1.2.3 Telefone (s): **83-9 9942 4834**

1.2.4 CPF: **046.443.074-75**

1.2.5. Banco: **BANCO DO BRASIL** ; 1.2.6. Agência: **0151-1** ; 1.2.6 Conta: **64333-5**

1.2.7 Inscrição PIS/PASEP: **21290632482**

1.2.8 Inscrição no Conselho Competente: **CRM 7218 - RQE 6533**

## **1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:**





1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

Sousa (PB), em 6 de junho de 2024

MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS Analista/Técnico Judiciário Judiciário Assinatura eletrônica	Agílio Tomaz Marques Juiz de Direito em Substituição 3ª Vara Mista de Sousa Assinatura eletrônica
--	--



DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DA PARAÍBA

**AO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA COMARCA DE SOUSA/PB**

**PRIORIDADE PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ART. 9º, VII, LEI Nº 13.146/15)**

**MARIA DE FÁTIMA RAMOS ALVES**, brasileira, casada, agricultora, RG 1.442.904, SSP/PB, CPF 727.386.184-72, residente e domiciliada na Rua Projetada, s/n, Bairro Vila Nova, Marizópolis/PB, CEP: 58.819-000, Celular (83) 98151-9689, assistida pela Defensoria Pública, vem, respeitosamente, com base no art. 747 e seguintes do CPC/15; art. 4º, III e art. 1.767 e seguintes do Código Civil e art. 84 e seguintes da Lei nº 13.146/15 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), requerer a

**CURATELA**

**com pedido de TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA**

de **JOCYCLÉIA SAMARA ALVES DA COSTA**, brasileira, solteira, portador(a) do documento de identidade nº 2270149 expedido pelo SSP/PB, inscrito(a) no CPF sob o nº 001.456.244-80, domiciliado(a) na Rua rua projetada, s/n, bairro Vila Nova, Marizópolis -PB, CEP. 58.819-000, telefone nº (83) 98151-9689, pelos fatos e fundamentos que se seguem.

**DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**





Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba  
Diretoria Especial

Processo nº 2024.068.999

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico

Trata-se de requisição de reserva orçamentária, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), objetivando o pagamento de honorários arbitrados em favor do Perito Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no INSS sob nº 21290632482; inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM – sob nº 7218, para realização de perícia nos autos da Ação nº 0800591-49.2024.8.15.0371, movida por MARIA DE FATIMA RAMOS ALVES, CPF 727.386.184-72, em face de JOCYCLÉIA SAMARA ALVES DA COSTA, CPF 01.456.244-80, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 de março de 2021, que teve os valores do anexo I atualizados pelo Ato da Presidência nº 43/2022, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 21 de Setembro de 2022, disciplinou, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo grau, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No art. 4º, § 1º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, § 3º, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na Tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Como se vê o valor arbitrado não ultrapassa o limite fixado no anexo da Resolução nº 09/2017.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, encontra-se em situação de ativo.

Assim, autorizado pelo inciso IV, § 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial, encaminhe-se os autos à Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal – GEORC – para, havendo disponibilidade econômica financeira, proceder à reserva orçamentária, no valor solicitado de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) em favor do Perito Médico Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75 com inscrição no INSS sob nº 21290632482; inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM – sob nº 7218, para realização de perícia nos autos da Ação nº 0800591-49.2024.8.15.0371, movida por MARIA DE FATIMA RAMOS ALVES, CPF 727.386.184-72, em face de JOCYCLÉIA SAMARA ALVES DA COSTA, CPF 01.456.244-80, perante o juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Realizada a reserva orçamentária do valor dos honorários arbitrados, sejam os presentes devolvidos a esta Diretoria para aguardar a comprovação da entrega do laudo respectivo em cartório e subsequente pedido de pagamento da perícia realizada.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor do presente despacho, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 11 de junho de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Número: 0800591-49.2024.8.15.0371

Classe: **INTERDIÇÃO**  
Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**  
Última distribuição : **24/01/2024**  
Valor da causa: **R\$ 1.412,00**  
Assuntos: **Curatela**  
Segredo de justiça? **NÃO**  
Justiça gratuita? **SIM**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA DE FATIMA RAMOS ALVES (REQUERENTE)				
JOCYCLÉIA SAMARA ALVES DA COSTA (REQUERIDO)			MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Documento		Tipo
91904406	11/06/2024 10:04	<a href="#">honorários periciais . reserva orçamentária</a>		Comunicações



ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo Administrativo n 2024.068.999

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico

Assunto: Reserva Orçamentaria para pagamento de Honorários autos da Ação 0800591-49.2024.8.15.0371

Valor: R\$ 370,00 e Previdência: R\$ 74,00 valor arbitrado nos termos de fls. 11

**Informação Orçamentária**

Trata os presentes autos acerca da solicitação de reserva orçamentária para pagamento de honorários periciais, em favor do perito nomeado: **Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico**- nos atos do processo **0800591-49.2024.8.15.0371**.

Em atendimento ao despacho retro, informamos que o desembolso relativo a presente solicitação, ocorrerá por conta dos recursos oriundos do Fundo Especial do Poder Judiciário, **de acordo com a LEI Nº 13.041, DE 15 DE JANEIRO DE 2024, para o exercício atual, na seguinte classificação funcional programática:**

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.36 – Serv. de Terc.Pessoa Física	760
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.47 – Obrig. Contributivas	760

\*Reservas n.º 15 e 17

GEORC, em João Pessoa, 12 de junho de 2024

**Erivalda Rodrigues Duarte**  
Gerente



Número: **0800591-49.2024.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **24/01/2024**

Valor da causa: **R\$ 1.412,00**

Assuntos: **Curatela**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA DE FATIMA RAMOS ALVES (REQUERENTE)			
JOCYCLÉIA SAMARA ALVES DA COSTA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
93785715	15/07/2024 13:01	<a href="#">0800591-49.2024 Laudo médico</a>	Laudo Pericial



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE SOUSA

JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA

(Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Bairro Raquel Gadelha,

(83) 3522-6601 - Whatsapp (83) 99143-3318 e-mail sou-vmis03@tjpb.jus.br

TERMO DE COMPROMISSO

Interdição nº 0800591-49.2024.8.15.0371

Aos dez dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e quatro (10/06/2024), nesta cidade de Sousa-PB, no Fórum local, perante o Exmº Dr. Agilio Tomaz Marques, Juiz de Direito em substituição na 3ª Vara, comigo Analista Judiciário, abaixo assinado, sendo aí compareceu o(a) Dr. Alisson Barreto Fernandes, exercendo atividades no CENTRAL MÉDIC, sito à Rua: Deocleciano Pires, 12, Centro, Sousa-PB (em frente à Praça Bom Jesus), a quem o MM. Juiz deferiu o compromisso legal de desempenhar o cargo de PERITO(A) nos autos da Ação de Interdição nº 0800591-49.2024.8.15.0371, com a finalidade de realizar exame no(a) interditando(a) **JOCYCLÉIA SAMARA ALVES DA COSTA**. Aceito o compromisso que prometeu cumprir, determinou o MM. Juiz fosse lavrado o presente termo que lido e achado conforme, segue devidamente assinado de forma eletrônica pelo Dr. Agilio Tomaz Marques, Juiz de Direito em substituição e por Maria Edna Fernandes Medeiros, Analista Judiciária, Matrícula 469.114-8..

Agilio Tomaz Marques

Juiz de Direito em substituição

(assinatura eletrônica)

Médico

(Assinatura e Carimbo/CRM)

**Dr. Alisson Barreto**  
Médico Psiquiatra  
CRM-PB 7218 RDE 6533  
Membro Titular da Associação Brasileira de Psiquiatria

AÇÃO: INTERDIÇÃO PROCESSO Nº 0800591-49.2024.8.15.0371

REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA RAMOS ALVES

INTERDITANDO(A): **JOCYCLÉIA SAMARA ALVES DA COSTA**

REQUISITANTE: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA

Q U E S I T O S

INTERDITANDO(A):



Assinado eletronicamente por: AGILIO TOMAZ MARQUES - 10/06/2024 11:04:10  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24061011040990100000086268440>  
Número do documento: 24061011040990100000086268440

Num. 91833129 - Pág.



Assinado eletronicamente por: MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS - 15/07/2024 13:01:00  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24071513005916300000087958461>  
Número do documento: 24071513005916300000087958461

Num. 93785715 - Pág. 1

Documento 6 página 2 assinado, do processo nº 2024068999, nos termos da Lei 11.419. ADME. 61265.35259.12271.62844-7  
RFBson de Lima Cananea [419.454.334-34] em 28/07/2024 16:34



RG: 2270149

CPF: 001.456.244-80

JOCYCLÉIA SAMARA ALVES DA GOM

1. O(A) INTERDITANDO(A) É PORTADOR(A) DE DEFICIÊNCIA DE NATUREZA FÍSICA, MENTAL INTELLECTUAL OU SENSORIAL, DE CAUSA TRANSITÓRIA OU PERMANENTE? CID-10: G82.4

R: Sim, e portadora de TETRAPLEGIA ESPÁSTICA PERMANENTE

2. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, QUAL O SISTEMA ORGÂNICO COMPROMETIDO, SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: SISTEMA NERVOUSO CENTRAL E MUSCULOESQUELÉTICO, CID-10: G82.4

3. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA SENSORIAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: NÃO HÁ DEFICIÊNCIA SENSORIAL,

4. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: HÁ RETARDO MENTAL PROFUNDO, DE CID-10: F73.1  
TETRAPLEGIA ESPÁSTICA, CID-10: G82.4.

5. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA MENTAL, CUIDA-SE DE RETARDO MENTAL OU DE OUTROS QUADROS PSICOPATOLÓGICOS, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: Sim, há RETARDO MENTAL PROFUNDO, CID-10: F73.1.

6. QUAL O GRAU DA DEFICIÊNCIA INDICADA? /

R: A DEFICIÊNCIA É SEVERA, DE MUITO COMPROMETIMENTO

7. A DEFICIÊNCIA INDICADA COMPROMETE A MANIFESTAÇÃO DA VONTADE OU CAUSA PREJUÍZO AO DISCERNIMENTO, NOTADAMENTE PARA A PRÁTICA DE ATOS DE NATUREZA PATRIMONIAL OU NEGOCIAL?

R: Sim, há TOTAL COMPROMETIMENTO DA EXPRESSÃO E TOTAL PREJUÍZO DO DISCERNIMENTO.

8. APRESENTE O PERITO OS ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS QUE REPUTE NECESSÁRIOS.

A Pericianda apresenta alteração cerebral, e TETRAPLEGIA ESPÁSTICA, RETARDO MENTAL PROFUNDO, SENDO

MÉDICO

(Assinatura e Carimbo/CRM)

TOTALMENTE INCAPAZ

PARA O EXERCÍCIO DA VIDA CÍVIL,

PARA GERIR BENS OU NEGÓCIOS.

Dr. Alisson Barreto  
Médico Psiquiatra  
CRM-PA 7218 RQE/6533

Associação Brasileira de Psiquiatria



Assinado eletronicamente por: AGILIO TOMAZ MARQUES - 10/06/2024 11:04:10  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24061011040990100000086268440>  
Número do documento: 24061011040990100000086268440

Num. 91833129 - Pág.



Assinado eletronicamente por: MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS - 15/07/2024 13:01:00  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24071513005916300000087958461>  
Número do documento: 24071513005916300000087958461

Num. 93785715 - Pág. 2



Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Diretoria Especial

Processo nº 2024.068.999

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico Psiquiatra

alissonparaiba@hotmail.com

Tratam os presentes autos, neste momento, de pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrados em favor do Perito Médico Psiquiatra, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 nascido em 23/06/1982, CBO 225140, pela realização de perícia nos autos do processo nº 0800591-49.2024.8.15.0371, movida por MARIA DE FÁTIMA RAMOS ALVES, CPF 727.386.184-72, em face de JOCYCLÉIA SAMARA ALVES DA COSTA, CPF 01.456.244-80, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Realizada reserva orçamentária, para o corrente exercício, conforme faz certo a informação de fl. 14, foi trazido para os presentes autos, por esta Diretoria, o Laudo pericial de fls. 16/17.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Laudo anexado às fls. 17/17, dos presentes autos.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, encontra-se em situação de ativo.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro

de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrados em favor do Perito Médico Psiquiatra, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 nascido em 23/06/1982, CBO 225140, para realização de perícia nos autos do processo nº 0800591-49.2024.8.15.0371, movida por MARIA DE FÁTIMA RAMOS ALVES, CPF 727.386.184-72, em face de JOCYCLÉIA SAMARA ALVES DA COSTA, CPF 01.456.244-80, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo ao que preconiza o art. 60 da Lei 4.320/64, através do endereço eletrônico [diesp.@tjpb.jus.br](mailto:diesp.@tjpb.jus.br), para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 29 de julho de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Número: 0800591-49.2024.8.15.0371

Classe: INTERDIÇÃO  
Órgão julgador: 3ª Vara Mista de Sousa  
Última distribuição : 24/01/2024  
Valor da causa: R\$ 1.412,00  
Assuntos: Curatela  
Segredo de justiça? NÃO  
Justiça gratuita? SIM  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? SIM

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA DE FATIMA RAMOS ALVES (REQUERENTE)			
JOCYCLÉIA SAMARA ALVES DA COSTA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
97485033	29/07/2024 09:09	<a href="#">honorários periciais. autorização da despesa</a>	Comunicações